



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Ata n.º 133 / XIII / 3.ª SL

Aos vinte e dois dias do mês de junho de 2018, pelas nove horas e quinze minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, no formato de Mesa e Coordenadores, com a seguinte,

Ordem do Dia:

Audiência concedida à Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento e Plataformas homólogas da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

- José Cesário (PSD), que dirigiu os trabalhos;
- Isabel Santos (PS);
- Pedro Filipe Soares (BE);
- Carla Cruz (PCP);
- Nuno Magalhães (CDS/PP);
- João Gonçalves Pereira (CDS/PP).

Compareceram pela delegação visitante:

- Rita Leote e Luciana Almeida, da Plataforma Portuguesa das ONGD;
- Eduardo Elba, da Federação das ONG de São Tomé e Príncipe;
- Mauri Cruz, da Associação Brasileira de ONG – ABONG;
- João Sengele, do Fórum de ONG de Angola;
- Dirce Varela, da Plataforma das ONG de Cabo Verde – PLATONG;
- Simão Tila, da Joint – Liga de ONG de Moçambique;
- Paula Raújo, da Federação de ONG de Timor-Leste.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Aberta a sessão, o Senhor **Deputado José Cesário** deu as boas vindas à Delegação, tendo manifestado o enorme interesse em poder receber no Parlamento os elementos integrantes desta Plataforma, numa fase culminar dos trabalhos que decorreram em Lisboa. Após explicação acerca do modelo de funcionamento da audiência solicitada, foi concedida a palavra à Dr.^a Luciana Almeida para intervenção inicial.

Usando da palavra, a Diretora-executiva da **Presidente da Plataforma Portuguesa (PP)**, **Dr.^a Luciana Almeida**, agradeceu a oportunidade concedida pela Comissão e pelo Parlamento português, e apresentou o projeto da Academia do Desenvolvimento que decorreu em Lisboa, durante a última semana, reunindo mais de sessenta organizações que trataram de matérias relacionadas com cidadania global e cooperação. Interveio, igualmente a **Dr.^a Rita Leote**, Secretária-Geral da PP, tendo lembrado constituir grande objetivo deste s trabalhos a sensibilização para os problemas das sociedades civis dos diferentes países representados, em busca de padrões credíveis e desejáveis de desenvolvimento das populações locais. Lamentou o facto de a Guiné-Bissau não possuir, ainda, uma organização similar representativa. Por ser importante ouvir os protagonistas nos diferentes países, foi de seguida concedida a palavra aos representantes das **Plataformas**:

Moçambicana, tendo manifestado preocupação com a atual situação social no seu país, exortando Portugal a aprofundar o seu nível de intervenção no país;

Brasileira, para sinalizar a relevância do trabalho desenvolvido na Academia, tendo salientado que crescimento económico não é sinónimo de desenvolvimento, tendo referido o caso das minorias indígenas, as quais devem beneficiar de uma sustentada diminuição das desigualdades com que se defrontam;

Cabo-verdiana, tendo assinalado uma semana de grande trabalho de consciencialização do papel da CPLP na concertação dos interesses lusófonos, onde Portugal tem desempenhado um papel central, designadamente, no desenvolvimento da sociedade civil do seu país. Terminou referindo que essa mesma sociedade deve ser mais ouvida na elaboração dos programas de cooperação, dada a ligação de proximidade com as populações e estruturas locais;

Angolana, para assinalar que Portugal deve mover influências no sentido de promover um desenvolvimento sustentando, equilibrado e de proximidade face aos anseios das populações;

Timorense, que salientou, apesar da distância, a enorme relevância deste tipo de contactos, do trabalho desenvolvido e da troca de experiências entre todos os falantes da língua portuguesa, os quais, afinal, partilham problemas comuns que, muitas vezes, requerem soluções comuns de fácil adaptabilidade.

Intervieram, seguidamente, os Senhores **Deputados**:

Pedro Filipe Soares, na qualidade **Vice-presidente da Comissão**, para saudar todos os elementos da delegação e restantes Deputados, tendo explicado não ter podido comparecer de início, pelo facto de o seu partido se aprestar a uma intervenção fundamental em Plenário, requerendo indispensável preparação, não tendo deixado, porém, de relevar a importância desta audiência.

Carla Cruz (PCP), para saudar e agradecer a presença a Delegação, tendo salientado o conjunto de valores que deve nortear a ação cooperativa: o desenvolvimento centrado nas necessidades efetivas dos povos destinatários das ajudas. Concordou, ainda, com a distinção feita entre crescimento económico e desenvolvimento, ideias que estão longe de ser sinónimos, importando prover a diminuição de desigualdades em áreas como a educação, saúde e género.

João Gonçalves Pereira (CDS/PP), que, após ter saudado todos os presentes, manifestou forte interesse em conhecer as conclusões desta semana de trabalho desenvolvida em Lisboa. Salientou que a capacidade de organização da sociedade civil é um pilar essencial da vida democrática, e quis saber se os pressupostos inerentes ao quadro da cooperação para o período 2014-2010 se mantêm.

Isabel Santos (PS), que igualmente saudou todos os presentes e salientou a enorme expectativa que mantém relativamente aos efeitos da recente alteração estatutária no âmbito da CPLP, no concernente ao funcionamento da sua Assembleia Parlamentar, por esperar que a mesma possa trazer um novo espaço de participação da sociedade civil. Referiu, ainda, ter recentemente manifestado junto da direção da CPLP não poder existir



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

desenvolvimento social sustentável sem a participação ativa e no terreno das organizações da sociedade civil. Terminou, questionando a organização da Plataforma acerca das conclusões dos trabalhos da academia.

José Cesário (PSD), para relembrar que o Parlamento é um espaço de liberdade aberto a todos os portugueses, definição que deve abranger toda a lusofonia, a qual deve igualmente poder partilhar este espaço. Salientou a importância das informações que vão chegando através dos diferentes canais disponíveis, onde se incluem as organizações não-governamentais radicadas na sociedade civil.

Foi concedida a palavra à **Dr.ª Luciana Almeida**, que aprofundou as informações relacionadas com o trabalho desenvolvido, tendo destacado o estabelecimento de um conjunto de parcerias municipais, em proximidade com a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, existindo já bastante trabalho feito em comum com as entidades portuguesas. Quanto ao conceito estratégico de cooperação para o período 2020-2030, entende que deve ser revisto e atualizado, devendo importar critérios adequados de verificação. Referiu que a cooperação delegada tem enfraquecido a cooperação bilateral portuguesa. Embora não seja contra, a prevalência da cooperação delegada leva a desvios no tipo de ajudas concedidas, tendendo a sobrepor a visão dosadores às necessidades das populações, num processo em que o acento acaba por ser colocado na mera captação de verbas. Aproveitou a **Dr.ª Rita Leote** para frisar que este projeto se destina a perdurar nos próximos 4 anos.

Intervieram ainda os representantes das **Plataformas**:

Brasileira, para salientar, tanto quanto ficou referido, que a consideração do mero crescimento económico acaba por ser nociva à democracia. Dado que ainda estão a ser fechadas as conclusões da academia, irá diligenciar no sentido de fazer chegar o texto final aos Serviços da Comissão.

Cabo-verdiana, tendo lançado a ideia de que o grande ganho deste Encontro em Lisboa acabou por ser o de permitir que os intervenientes se tivessem apropriado de um espaço de intervenção de grande relevância, diferente e de maior qualidade e proximidade do que o que resulta da mera consideração da CPLP enquanto espaço estritamente político, havendo que saber dar o salto para o social.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Deputado José Cesário** deu por terminada a audiência pelas 10 horas, agradecendo a presença da Delegação.

Palácio de S. Bento, 22 de junho de 2018,

O Presidente da Mesa

(José Cesário)

A presente Ata foi lida e aprovada em sessão da Comissão ocorrida a 10/07/2018.